

FREDIE DIDIER JR.

21^a
edição

revista, atualizada
e ampliada

Curso de Direito
PROCESSUAL
CIVIL

Introdução ao Direito Processual Civil,
Parte Geral e Processo
do Conhecimento

1

2019

 EDITORA
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

Sumário

Nota do autor à 21ª edição	25
Nota do autor à 17ª edição.....	27
Prefácio.....	31
Capítulo 1 ► Introdução ao Direito Processual Civil	35
1. Introdução	35
2. Conceito de processo	36
3. Teoria Geral do Processo, Ciência do Direito Processual Civil e Direito Processual Civil ...	40
4. Processo e direito material. Instrumentalidade do processo. Relação circular entre o direito material e o processo	45
5. Algumas características do pensamento jurídico contemporâneo.....	47
6. Neoconstitucionalismo, neoprocessualismo ou formalismo valorativo. A atual fase metodológica da ciência do processo	50
7. A ciência do processo e a nova metodologia jurídica	54
7.1. Constituição e processo. O art. 1º do CPC	54
7.2. Princípios processuais.....	56
7.3. A nova feição da atividade jurisdicional e o Direito processual: sistema de precedentes, criatividade judicial e cláusulas gerais processuais	59
7.4. Processo e direitos fundamentais.....	63
8. A tradição jurídica brasileira: nem <i>civil law</i> nem <i>common law</i>	65
9. O CPC e os microssistemas processuais civis	68
9.1. Nota introdutória	68
9.2. Microssistemas surgidos durante a vigência do CPC-1973. Os casos dos microssistemas do processo coletivo, da arbitragem, dos Juizados Especiais e dos processos de controle concentrado de constitucionalidade dos atos normativos.....	69
9.3. Microssistemas processuais (não exclusivamente civis) embutidos dentro do CPC-2015.....	72
Capítulo 2 ► Norma Jurídica Processual	75
1. Conceito de norma jurídica processual	75
2. Fontes da norma jurídica processual	75
3. Aplicação da norma jurídica processual no tempo.....	81

Capítulo 3 ► Normas Fundamentais do Processo Civil	85
1. Direito Processual Fundamental	85
2. Princípios.....	88
2.1. Princípio do devido processo legal.....	88
2.1.1. Considerações gerais	88
2.1.2. Conteúdo	89
2.1.3. Devido processo legal formal e devido processo legal substancial.....	93
2.1.4. Devido processo legal e relações jurídicas privadas.....	97
2.2. Princípio da dignidade da pessoa humana.....	100
2.3. Princípio da legalidade.....	104
2.4. Princípio do contraditório.....	106
2.4.1. Generalidades e a regra da proibição de decisão-surpresa	106
2.4.2. Dever de o juiz zelar pelo efetivo contraditório.....	113
2.5. Princípio da ampla defesa.....	115
2.6. Princípio da publicidade.....	115
2.7. Princípio da duração razoável do processo.....	123
2.8. Princípio da igualdade processual (paridade de armas)	126
2.9. Princípio da eficiência.....	128
2.10. Princípio da boa-fé processual.....	134
2.10.1. Generalidades	134
2.10.2. Fundamento constitucional do princípio da boa-fé processual	138
2.10.3. Destinatário da norma.....	140
2.10.4. Concretização do princípio da boa-fé processual	141
2.11. Princípio da efetividade	144
2.12. Princípio da adequação (legal, jurisdicional e negocial) do processo.....	145
2.12.1. Generalidades	145
2.12.2. Critérios de adequação	147
2.12.3. Adequação jurisdicional do processo	148
2.12.4. Adequação negocial do processo	151
2.13. Princípio da cooperação e o modelo do processo civil brasileiro.....	151
2.13.1. Nota introdutória	151
2.13.2. “Princípios” dispositivo e inquisitivo. Modelos tradicionais de organização do processo: adversarial e inquisitorial	152
2.13.3. Processo cooperativo: um terceiro modelo de organização do processo. Princípios e regras de cooperação. Eficácia do princípio da cooperação ...	156
2.13.4. Dever de o juiz zelar pelo efetivo contraditório, princípio da cooperação e dever de auxílio	163
2.14. Princípio do respeito ao autorregramento da vontade no processo.....	164
2.15. Princípio da primazia da decisão de mérito	169

2.16. Princípio da proteção da confiança.....	170
2.16.1. Proteção da confiança e segurança jurídica.....	170
2.16.2. Pressupostos para a proteção da confiança.....	172
2.16.3. Princípio da proteção da confiança e o direito processual civil.....	175
3. Regras.....	179
3.1. Regras da instauração do processo por iniciativa da parte e de desenvolvimento do processo por impulso oficial.....	179
3.1.1. Instauração do processo por iniciativa da parte.....	179
3.1.2. Desenvolvimento do processo por impulso oficial.....	180
3.2. Regra da obediência à ordem cronológica de conclusão.....	180
3.2.1. Generalidades.....	180
3.2.2. Regras que excetuam o dever de respeito à ordem cronológica de conclusão.....	181
3.2.3. Calendário processual e dever de observância da ordem cronológica de conclusão.....	185
3.2.4. Consequências do descumprimento da regra.....	185
3.2.5. Extensão da regra à atuação do escrivão ou chefe de secretaria.....	186
3.2.6. Direito transitório.....	186
4. Norma fundamental de interpretação do Código de Processo Civil: o postulado hermenêutico da unidade do Código.....	187
Capítulo 4 ► Jurisdição.....	189
1. Conceito e características da jurisdição.....	189
1.1. Conceito.....	189
1.2. Decisão por terceiro imparcial – heterocomposição.....	190
1.3. A jurisdição como manifestação do Poder: a imperatividade e a inevitabilidade da jurisdição.....	192
1.4. A jurisdição como atividade criativa.....	193
1.5. Jurisdição como técnica de tutela de direitos mediante um processo.....	198
1.6. A jurisdição sempre atua em uma situação jurídica concreta.....	199
1.7. Insuscetibilidade de controle externo.....	200
1.8. Aptidão para a coisa julgada.....	200
2. Equivalentes jurisdicionais.....	201
2.1. Generalidades e justiça multiportas.....	201
2.2. Autotutela.....	202
2.3. Autocomposição.....	203
2.4. Julgamento de conflitos por tribunal administrativo (solução estatal não jurisdicional de conflitos).....	204
3. Arbitragem.....	208
4. Princípios da jurisdição.....	213

4.1. Territorialidade.....	213
4.2. Indelegabilidade	215
4.3. Inafastabilidade	216
4.4. Juiz natural	221
5. A jurisdição voluntária.....	225
5.1. Generalidades	225
5.2. Classificação dos procedimentos de jurisdição voluntária de Leonardo Greco.....	230
5.3. A jurisdição voluntária como administração pública de interesses privados	231
5.4. A jurisdição voluntária como atividade jurisdicional	232
Capítulo 5 ► Competência	239
1. Conceito e considerações gerais	240
2. Distribuição da competência. Fontes normativas de atribuição de competência	241
3. Princípios da tipicidade da competência e da indisponibilidade da competência. Regra da inexistência de vácuo de competência	241
4. Regra da Kompetenzkompetenz.....	242
5. A perpetuação da jurisdição.....	242
6. Competência por distribuição	244
7. Classificação da competência	245
7.1. Competência do foro (territorial) e competência do juízo.....	245
7.2. Competência originária e derivada	246
7.3. Competência relativa e competência absoluta	246
7.3.1. <i>A translatio iudicii</i>	246
7.3.2. Distinções entre a incompetência relativa e a incompetência absoluta.....	249
8. Foros concorrentes, forum shopping, forum non conveniens e princípio da competência adequada	250
9. Competência constitucional.....	253
10. Competência internacional.....	254
10.1. Considerações gerais	254
10.2. Competência internacional concorrente ou cumulativa (arts. 21 e 22, CPC).....	256
10.3. Competência internacional exclusiva (art. 23, CPC).....	257
10.4. Competência concorrente e litispendência (art. 24, CPC)	258
11. Métodos para identificar o juízo competente	258
12. Critérios determinativos de distribuição da competência	259
12.1. Consideração introdutória.....	259
12.2. Objetivo: em razão da matéria, em razão da pessoa e em razão do valor da causa	260
12.3. Territorial.....	261
12.4. Funcional	262

12.4.1. Generalidades	262
12.4.2. Competência funcional x competência territorial absoluta.....	263
13. Principais regras de competência territorial.....	264
14. Foros distritais e subseções judiciárias.....	271
15. Modificações da competência.....	272
15.1. Generalidades	272
15.2. Não alegação da incompetência relativa.....	272
15.3. Foro de eleição	273
15.3.1. Generalidades	273
15.3.2. Ineficácia da cláusula abusiva de foro de eleição.....	275
15.3.3. Foro de eleição internacional	276
15.4. Conexão e continência.....	276
15.4.1. Considerações gerais sobre a conexão. Conceitos legais de conexão e continência. Insuficiência do conceito legal. A conexão por prejudicialidade ou por preliminaridade	276
15.4.2. Forma de alegação.....	280
15.4.3. Distinção entre a alegação de modificação de competência e a alegação de incompetência relativa	281
15.4.4. Conexão entre demanda executiva e demanda de conhecimento e conexão entre demandas executivas.....	282
15.4.5. Cooperação jurisdicional nacional e a conexão probatória (art. 69, CPC)..	282
15.4.6. Conexão por afinidade. Um novo modelo de conexão para o julgamento de casos repetitivos	283
15.5. Prevenção.....	285
15.6. Outras regras de modificação da competência	285
16. Recorribilidade da decisão sobre competência.....	285
17. Conflito de competência.....	287
17.1. Conceito.....	287
17.2. Incompetência, remessa dos autos e conflito de competência.....	288
17.3. Legitimidade e participação do Ministério Público.....	289
17.4. Competência	289
17.5. Procedimento.....	291
18. Competência da Justiça Federal	292
18.1. Características	292
18.2. Competência dos juizes federais em razão da pessoa.....	292
18.2.1. O art. 109, I, CF/1988.....	292
18.2.1.1. As causas	292
18.2.1.2. As pessoas.....	294
18.2.1.3. As exceções	298
18.2.2. O art. 109, II, CF/1988.....	301

18.2.3. O art. 109, VIII, CF/1988.....	302
18.3. Competência funcional: art. 109, X, segunda parte	303
18.4. Competência da Justiça Federal em razão da matéria.....	304
18.4.1. O art. 109, III, CF/1988.....	304
18.4.2. Causas do art. 109, V-A: grave violação a direitos humanos.....	306
18.4.3. O art. 109, XI, CF/1988: disputa sobre direitos indígenas	309
18.4.4. Art. 109, X, parte final: causas referentes à nacionalidade e à naturalização.....	310
18.5. Competência territorial da Justiça Federal	311
18.5.1. Considerações gerais	311
18.5.2. Art. 109, § 3º, CF/1988: juízo estadual com competência federal.....	314
18.6. Competência do Tribunal Regional Federal (art. 108 da CF/1988)	317
Capítulo 6 ► Mediação e Conciliação	323
1. A política pública de tratamento adequado dos conflitos jurídicos. O princípio do estímulo da solução do litígio por autocomposição.....	323
2. A Resolução n. 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça	324
3. Mediação e conciliação: distinções e semelhanças.....	326
4. Normas que regem a mediação e a conciliação.....	328
5. O centro de solução de conflitos	331
6. As câmaras privadas de mediação e conciliação.....	332
7. As câmaras administrativas de mediação e conciliação.....	333
8. Considerações críticas	334
Capítulo 7 ► Teoria da Ação: da Ação e do Direito de Ação	337
1. Direito de ação, ação, procedimento e direito afirmado.....	337
2. O direito de ação como um complexo de situações jurídicas.....	339
3. A demanda e a relação jurídica substancial	342
4. Elementos da ação.....	343
4.1. Causa de pedir e pedido	343
4.2. Partes	344
5. Classificação das ações.....	345
5.1. Classificação segundo a natureza da relação jurídica discutida: real e pessoal.....	345
5.2. Classificação segundo o objeto do pedido mediato: mobiliária ou imobiliária.....	345
5.3. Classificação segundo o tipo de tutela jurisdicional: conhecimento, cautelar e executiva. Ações sincréticas	345
5.4. Ações de conhecimento: condenatórias, constitutivas e declaratórias	346
5.4.1. Ações condenatórias: as ações de prestação	346
5.4.2. Ações constitutivas	347
5.4.3. Ações (meramente) declaratórias.....	348

5.4.4.	O art. 20 do CPC. Distinção entre ação meramente declaratória e ação de condenatória. O art. 515, I, do CPC	352
5.4.5.	Ações mandamentais e ações executivas em sentido amplo. As classificações quinária e quaternária das ações	354
5.5.	Ações dúplices	359
6.	Cumulação de ações	360
7.	Concurso de ações (concurso de direitos).....	360
8.	As condições da ação e o novo CPC	362
Capítulo 8	► Pressupostos Processuais.....	367
1.	Pressuposto processual: noções gerais.....	367
2.	Pressupostos de existência e requisitos de validade	368
3.	Alguns “mitos” sobre os pressupostos processuais.....	371
4.	A classificação proposta	372
5.	Pressupostos processuais subjetivos	373
5.1.	Capacidade de ser parte.....	373
5.2.	Existência de órgão investido de jurisdição.....	374
6.	Pressuposto processual objetivo: a existência de ato inicial do procedimento que introduza o objeto da decisão.....	375
7.	Requisitos processuais subjetivos de validade.....	375
7.1.	Capacidade processual.....	375
7.1.1.	Generalidades	375
7.1.2.	Possíveis consequências da incapacidade processual	378
7.2.	Capacidade processual das pessoas casadas	379
7.2.1.	Consideração introdutória	379
7.2.2.	Capacidade processual dos cônjuges nas ações reais imobiliárias	379
7.2.2.1.	O art. 1.647 do Código Civil.....	379
7.2.2.2.	A restrição da capacidade processual.....	380
7.2.2.3.	Forma e prova do consentimento.....	382
7.2.2.4.	Aplicação à união estável documentada.....	383
7.2.2.5.	O controle da ilegitimidade processual do cônjuge	384
7.2.2.6.	Suprimento judicial do consentimento (art. 74 do CPC e art. 1.648 do Código Civil).....	384
7.2.3.	Dívidas solidárias e litisconsórcio necessário entre os cônjuges (incisos II e III do § 1º do art. 73 do CPC).....	386
7.3.	O curador especial	387
7.4.	Capacidade postulatória.....	393
7.4.1.	Generalidades	393
7.4.2.	Ato praticado por advogado sem procuração.....	395
7.4.3.	A procuração	397
7.5.	Competência	399

7.6. Imparcialidade	399
8. Requisito processual objetivo intrínseco: respeito ao formalismo processual.....	400
9. Requisitos processuais objetivos extrínsecos e negativos	401
10. A legitimação para agir e o interesse processual	403
10.1. Observação introdutória	403
10.2. O art. 17 do CPC.....	403
10.3. Legitimação para agir	404
10.3.1. Noção.....	404
10.3.2. Classificação.....	406
10.3.3. Substituição processual ou legitimação extraordinária.....	409
10.3.4. Fonte normativa da legitimação extraordinária.....	412
10.3.4.1. Generalidades.....	412
10.3.4.2. A legitimação extraordinária negocial.....	414
10.3.5. Substituição processual e sucessão processual.....	419
10.3.6. Substituição processual e representação processual.....	419
10.3.7. Legitimidade ordinária como questão de mérito	419
10.4. O interesse de agir	422
10.4.1. Generalidades	422
10.4.2. O interesse-utilidade	423
10.4.3. O interesse-necessidade e as ações necessárias.....	424
10.4.4. Interesse de agir nas ações declaratórias.....	426
10.4.5. O denominado interesse-adequação	428
10.5. A teoria da asserção: exame da legitimidade e do interesse de agir à luz do que foi afirmado pela parte.....	429
11. As diversas posições jurídicas que um sujeito pode assumir em um mesmo processo: a dinamicidade das capacidades processuais, do interesse processual e da legitimidade.	433
Capítulo 9 ► Fatos, Atos e Negócios Jurídicos Processuais	437
1. Nota explicativa.....	437
2. Ato e procedimento.....	438
3. Conceito de fato jurídico processual	438
4. Classificação dos fatos jurídicos processuais em sentido amplo.....	441
5. Negócios processuais	443
5.1. Noções gerais, espécies e classificação	443
5.2. Negócios processuais atípicos	447
5.2.1. A cláusula geral de negociação sobre o processo. O princípio da atipicidade da negociação sobre o processo.....	447
5.2.2. Regras gerais da negociação processual.....	450
5.2.3. Negócios processuais celebrados pelas partes com o juiz.....	450
5.2.4. Momento de celebração	451

5.2.5. Requisitos de validade.....	452
5.2.5.1. Generalidades.....	452
5.2.5.2. Capacidade. O problema da vulnerabilidade. Contratos empresariais e não empresariais	452
5.2.5.3. Objeto. Diretrizes para o controle da validade do objeto do negócio processual atípico. Contratos empresariais e não empresariais.....	455
5.2.5.4. Forma	459
5.2.6. Anulabilidade	460
5.2.7. Eficácia e revogabilidade.....	460
5.2.8. Onerosidade excessiva, resolução e revisão	461
5.2.9. Inadimplemento e ônus da alegação.....	462
5.2.10. Efetivação.....	462
5.2.11. Princípio da boa-fé e negociação processual.....	463
5.2.12. Interpretação	463
5.2.13. Negócios processuais coletivos e negócios processuais que dizem respeito a processos indeterminados	464
5.2.14. Direito intertemporal	465
6. Ato ilícito processual.....	466
Capítulo 10 ► Invalidades Processuais.....	469
1. Consideração introdutória.....	469
2. Noções básicas sobre os planos da existência, validade e eficácia dos fatos jurídicos	470
3. Sistema de invalidades processuais	473
3.1. Sistema de invalidades processuais e sistema de invalidades do direito material.	473
3.2. O ato processual defeituoso produz efeitos até a sua invalidação. Toda invalidade processual é decretada	474
3.3. Os tipos de defeito processual.....	474
3.4. Não há invalidade sem prejuízo.....	477
3.5. Intervenção do Ministério Público e invalidade.....	478
3.6. Princípio do aproveitamento dos atos processuais defeituosos. O princípio da fungibilidade.....	479
3.7. Sanabilidade dos defeitos processuais.....	480
3.8. Invalidade do procedimento (inadmissibilidade) e invalidade de cada um dos atos do procedimento.....	481
3.9. Invalidação de atos do juiz, das partes e dos auxiliares da justiça	483
3.10. Máxima da proporcionalidade e princípios da cooperação e da eficiência aplicados ao sistema das invalidades processuais.....	486
3.11. O princípio da boa-fé processual e a regra da proibição do <i>venire contra factum proprium</i>	487
3.12. Princípio da proteção da confiança.....	490

3.13. Decisão sobre a invalidade e preclusão.....	491
Capítulo 11 ► Preclusão	493
1. Conceito	493
2. Fundamentos da preclusão e o seu papel no formalismo processual.....	494
3. Classificação.....	496
3.1. Generalidades	496
3.2. Preclusão temporal.....	498
3.3. Preclusão lógica.....	498
3.4. Preclusão consumativa.....	500
3.5. Preclusão-sanção ou preclusão punitiva.....	501
4. Natureza jurídica.....	502
4.1. A preclusão como fato e como efeito jurídico.....	502
4.2. A preclusão como sanção.....	503
5. Preclusão, prescrição e decadência	504
6. Preclusão para o juiz	505
7. Efeitos da preclusão	506
Capítulo 12 ► Teoria da Cognição Judicial	509
1. Conceito de cognição.....	509
2. Conceito de questão.....	510
3. Resolução das questões: resolução <i>incidenter tantum</i> e resolução <i>principaliter</i>	510
4. Objeto do processo e objeto litigioso do processo	512
5. Objeto da cognição judicial (tipologia das questões).....	516
5.1. Consideração introdutória.....	516
5.2. Questões de fato e questões de direito.....	516
5.3. Questões prévias: questões preliminares e questões prejudiciais	518
5.4. Pressupostos processuais e mérito: questões de admissibilidade e questões de mérito	522
6. Espécies de cognição.....	524
Capítulo 13 ► Litisconsórcio.....	529
1. Conceito	529
2. Classificação.....	530
2.1. Ativo, passivo e misto	530
2.2. Inicial e ulterior	530
2.3. Unitário e simples.....	530
2.3.1. Unitário.....	530
2.3.2. Simples ou comum.....	532
2.4. Necessário e facultativo	532

2.4.1.	Generalidades	532
2.4.2.	Litisconsórcio necessário unitário, litisconsórcio facultativo unitário e hipóteses de intervenção <i>iussu iudicis</i>	533
2.4.3.	Litisconsórcio necessário por força de lei	536
2.4.4.	Síntese das combinações possíveis entre os litisconsórcios unitário, simples, necessário e facultativo.....	537
2.4.5.	Litisconsórcio necessário ativo	537
2.4.6.	Natureza da sentença proferida contra litisconsorte necessário não citado.....	544
2.4.7.	Litisconsórcio necessário e negócio jurídico processual.....	545
2.4.8.	Litisconsórcio facultativo unitário e coisa julgada	546
3.	Regime de tratamento dos litisconsortes.....	548
4.	Modalidades especiais de litisconsórcio facultativo e cumulação de pedidos.....	550
4.1.	Litisconsórcio sucessivo	550
4.2.	Litisconsórcio eventual.....	551
4.3.	Litisconsórcio alternativo	552
5.	Litisconsórcio por comunhão, por conexão ou por afinidade. Litisconsórcio facultativo impróprio. Litisconsórcio recusável. Litisconsórcio multitudinário.....	553
Capítulo 14 ► Intervenção de Terceiro.....		557
1.	Introdução às intervenções de terceiro.....	557
1.1.	Conceitos fundamentais.....	557
1.1.1.	Conceito de parte.....	557
1.1.2.	Conceito de terceiro.....	558
1.1.3.	Conceito de intervenção de terceiro.....	558
1.1.4.	Processo incidente e incidente do processo	559
1.2.	Fundamentos para as intervenções de terceiro.....	559
1.3.	Efeitos no processo.....	560
1.4.	Controle pelo magistrado. As convenções processuais sobre as intervenções de terceiro.....	561
1.5.	Cabimento	563
1.5.1.	Regra geral.....	563
1.5.2.	Juizados Especiais Cíveis	563
2.	Assistência	563
2.1.	Considerações gerais	563
2.2.	Procedimento.....	564
2.3.	Assistência simples.....	565
2.3.1.	Considerações gerais	565
2.3.2.	Poderes do assistente simples	567
2.3.2.1.	Combinação das regras decorrentes dos arts. 121, par. ún., e 122, CPC.....	567

2.3.2.2.	Análise do par. ún. do art. 121 do CPC: omissões negociais e não negociais do assistido.....	569
2.3.3.	Eficácia preclusiva da intervenção	571
2.4.	Assistência litisconsorcial	572
2.5.	Intervenção de legitimado extraordinário para a defesa de direitos coletivos (<i>lato sensu</i>) como assistente simples em processo individual.....	574
3.	Denúnciação da lide	576
3.1.	Generalidades	576
3.2.	Facultatividade da denúnciação da lide.....	580
3.3.	Posição processual do denunciado	581
3.4.	A denúnciação da lide em caso de evicção (art. 125, I, CPC).....	583
3.5.	A denúnciação da lide com base no inciso II do art. 125 do CPC.....	584
3.5.1.	Considerações gerais	584
3.5.2.	A concepção restritiva	584
3.5.3.	A concepção ampliativa	587
3.5.4.	A posição do Superior Tribunal de Justiça.....	590
3.5.5.	Síntese conclusiva: a nossa opinião.....	591
3.6.	Procedimento da denúnciação da lide formulada pelo autor (arts. 126-127, CPC)	592
3.7.	Procedimento da denúnciação da lide formulada pelo réu (arts. 126 e 128, CPC)	593
4.	Chamamento ao processo	594
5.	Denúnciação da lide e chamamento ao processo em causas de consumo.....	597
6.	Incidente de descon sideração da personalidade jurídica	601
6.1.	Generalidades	601
6.2.	A descon sideração da personalidade jurídica: suas origens como instrumento de supressão do privilégio da limitação da responsabilidade	601
6.3.	A descon sideração da personalidade jurídica: a construção doutrinária brasileira	604
6.4.	Aspectos processuais da descon sideração da personalidade jurídica.....	607
7.	Intervenção de <i>amicus curiae</i>	610
8.	Outras intervenções decorrentes da resposta do réu	616
9.	A intervenção <i>iussu iudicis</i>	616
10.	Intervenções especiais dos entes públicos	620
11.	Intervenção litisconsorcial voluntária ou litisconsórcio facultativo ulterior simples.....	623
12.	Intervenção de terceiro especial no processo da ação de alimentos (art. 1.698 do Código Civil).....	626
Capítulo 15	► Alienação da Coisa ou do Direito Litigioso	633
Capítulo 16	► Formação do Processo e Petição Inicial.....	639
1.	Formação do processo.....	639
2.	Petição inicial e demanda.....	640

3.	Requisitos da petição inicial	640
3.1.	Forma.....	640
3.2.	Assinatura de quem possua capacidade postulatória.....	641
3.3.	Indicação do juízo a que é dirigida a demanda.....	641
3.4.	Qualificação das partes.....	641
3.5.	Causa de pedir: o fato e o fundamento jurídico do pedido	644
3.6.	Argumentação jurídica.....	647
3.7.	O pedido.....	648
3.8.	Atribuição de valor à causa	648
3.9.	A indicação dos meios de prova com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados	649
3.10.	Opção pela realização ou não da audiência de conciliação ou mediação.....	649
3.11.	Documentos indispensáveis à propositura da demanda	650
4.	Emenda da petição inicial.....	651
5.	Indeferimento da petição inicial	652
5.1.	Considerações gerais	652
5.2.	Hipóteses de indeferimento	656
5.2.1.	Inépcia.....	656
5.2.2.	Ilegitimidade da parte	659
5.2.3.	Falta de interesse processual.....	659
5.2.4.	Não atendimento ao disposto nos arts. 106 e 321	660
6.	Pedido	660
6.1.	Conceito e divisão	660
6.2.	Requisitos.....	661
6.3.	Cumulação de pedidos	662
6.3.1.	Cumulação própria: simples ou sucessiva	662
6.3.2.	Cumulação imprópria: subsidiária ou alternativa.....	663
6.3.3.	Cumulação inicial e cumulação ulterior	668
6.3.4.	Requisitos para a cumulação.....	669
6.3.4.1.	Compatibilidade dos pedidos	669
6.3.4.2.	Competência.....	669
6.3.4.3.	Identidade do procedimento ou conversibilidade para o procedimento comum. Cláusula geral de adaptabilidade do procedimento comum.	670
6.4.	Ampliação da demanda.....	673
6.5.	Redução da demanda.....	675
6.6.	Alteração objetiva da demanda.....	675
6.7.	Espécies de pedido	677
6.7.1.	Pedido genérico	677

6.7.2. Pedido alternativo	680
6.7.3. Pedido relativo a obrigação indivisível.....	682
6.8. Interpretação do pedido e pedido implícito	684
6.8.1. Interpretação da petição inicial. Regras gerais sobre a interpretação dos atos postulatorios.....	684
6.8.2. Pedido implícito	689
Capítulo 17 ► Improcedência Liminar do Pedido.....	691
1. Conceito e regime jurídico.....	691
2. Hipóteses expressas de improcedência liminar do pedido.....	694
2.1. Pedido contrário a precedente obrigatório	694
2.2. Reconhecimento de prescrição ou decadência	696
3. Hipótese atípica de improcedência liminar do pedido	704
Capítulo 18 ► Citação.....	707
1. Generalidades	707
2. A citação como “pressuposto processual”	707
3. Comparecimento espontâneo do citando	708
4. Pessoalidade da citação.....	709
5. Local da citação.....	710
6. Impedimento legal para a citação	711
7. Efeitos da citação.....	711
8. A citação e a interrupção da prescrição pelo despacho citatório.....	714
9. Modalidades	715
9.1. Citação pelo correio.....	715
9.2. Citação por oficial de justiça.....	717
9.3. Citação por mandado com hora certa	718
9.4. Citação pelo escrivão ou chefe de secretaria	719
9.5. Citação por edital.....	720
9.6. Citação por meio eletrônico	721
Capítulo 19 ► Audiência Preliminar de Conciliação ou Mediação.....	725
Capítulo 20 ► Teoria da Exceção, Resposta do Réu e Revelia	731
1. Teoria da exceção.....	732
1.1. Acepções do termo “exceção”	732
1.2. Exceção em sentido substancial e exceção em sentido processual. Os contraditórios (exceções substanciais) e o seu regime jurídico processual	732
1.3. Da exceção como direito de defesa	735
1.4. Ação <i>versus</i> exceção	736
2. Espécies de defesa	737

2.1. Mérito e admissibilidade	737
2.2. Objeções e exceções	737
2.3. Peremptória e dilatória.....	740
2.4. Direta e indireta.....	741
2.5. Instrumental e interna	741
3. Resposta do réu	742
4. A contestação.....	742
4.1. Noção geral	742
4.2. Prazo.....	743
4.3. A regra da eventualidade ou da concentração da defesa.....	743
4.4. Defesas de admissibilidade	745
4.4.1. Inexistência ou nulidade de citação.....	745
4.4.2. Incompetência do juízo. O direito de o réu alegar incompetência no foro do seu domicílio.....	746
4.4.3. Incorrecção do valor da causa.....	747
4.4.4. Inépcia da petição inicial.....	748
4.4.5. Perempção, litispendência e coisa julgada.....	748
4.4.6. Conexão e continência.....	748
4.4.7. Incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização	749
4.4.8. Alegação de convenção de arbitragem.....	749
4.4.8.1. Generalidades.....	749
4.4.8.2. Alegação de convenção de arbitragem e a <i>Kompetenzkompetenz</i> do juízo arbitral.....	751
4.4.8.3. Decisão sobre a alegação de convenção de arbitragem.....	753
4.4.9. Ausência de legitimidade ou de interesse processual. O direito de substituição do réu e o dever de o réu indicar o legitimado passivo. Novas hipóteses de intervenção de terceiro.	754
4.4.10. Falta de caução ou de outra prestação que a lei exige como preliminar...	756
4.4.11. Indevida concessão do benefício da gratuidade concedido ao autor	756
4.5. Defesas que têm de ser alegadas fora da contestação e que podem ser alegadas depois da contestação	756
4.6. Crítica à interpretação literal do art. 337 do CPC. Quebra do dogma da primazia da defesa de admissibilidade sobre a defesa de mérito.....	757
4.7. Ônus da impugnação especificada.....	759
4.7.1. Noção.....	759
4.7.2. Representantes judiciais que estão dispensados deste ônus (art. 341, par. ún., CPC).....	760
4.7.3. Afirmações de fato que, mesmo não impugnadas especificadamente, não serão havidas como verdadeiras.....	762
4.8. Forma e requisitos.....	763
4.9. Pedido do réu.....	763

4.10. Aditamento e indeferimento da contestação	764
4.11. Interpretação	765
5. Reconvênção	765
5.1. Noções gerais	765
5.2. Reconvênção e ampliação subjetiva do processo	766
5.3. Requisitos	768
5.3.1. Haja uma causa pendente	768
5.3.2. A observância do prazo de resposta	769
5.3.3. Competência	769
5.3.4. Compatibilidade entre os procedimentos	769
5.3.5. Conexão	770
5.3.6. Interesse processual	770
5.3.7. Cabimento	771
5.3.8. Despesas processuais	771
5.4. Reconvênção e substituição processual	771
5.5. Reconvênção e pedido contraposto	771
6. A revelia	772
6.1. Noção	772
6.2. Efeitos	773
6.3. Mitigações à eficácia da revelia	773
6.3.1. A presunção de veracidade não é efeito necessário da revelia	773
6.3.2. Revelia não implica necessariamente vitória do autor	775
6.3.3. Matérias que podem ser alegadas após o prazo de defesa	775
6.3.4. Proibição de alteração de pedido ou da causa de pedir (art. 329, II, CPC)	776
6.3.5. Intervenção do réu revel	776
6.3.6. Necessidade de intimação do réu revel que tenha advogado constituído nos autos	776
6.3.7. Possibilidade de ação rescisória por erro de fato	777
6.3.8. <i>Querela nullitatis</i>	777
6.3.9. Impedimento à extensão da coisa julgada à resolução da questão prejudicial incidental	777
6.4. Revelia na reconvênção	778
Capítulo 21 ► Arguição de Impedimento ou Suspeição	779
1. Generalidades	779
2. Hipóteses de impedimento	780
3. Hipóteses de suspeição	783
4. Suspensão do processo	784
5. Procedimento, decisão e recursos	785
6. Eficácia externa da decisão sobre a suspeição e o impedimento	788

7. Arguição de impedimento ou suspeição do tribunal ou da maioria absoluta do tribunal ...	789
8. Impedimento ou suspeição provocados. Imparcialidade aceita e abuso do direito.....	790
Capítulo 22 ► Providências Preliminares e Julgamento Conforme o Estado do Processo	793
1. Saneamento e fase de saneamento. As providências preliminares	793
2. Julgamento conforme o estado do processo	796
3. Julgamento antecipado do mérito.....	796
4. Rotas ou circuitos do procedimento comum	800
5. Da decisão de saneamento e organização do processo.....	801
5.1. Generalidades	801
5.2. Audiência de saneamento e organização em cooperação com as partes	804
5.3. O acordo de organização do processo.....	805
5.4. O calendário processual	807
5.5. Eficácia preclusiva da decisão de saneamento e de organização do processo em relação ao reexame das questões que podem ser decididas a qualquer tempo pelo órgão jurisdicional	809
5.5.1. Consideração introdutória	809
5.5.2. O juízo de admissibilidade positivo e a preclusão	810
Capítulo 23 ► Extinção do Processo	817
1. Observação introdutória	817
2. Conteúdo das decisões judiciais. As decisões totais e as decisões parciais.....	818
3. Decisões que não examinam o mérito (art. 485 do CPC).....	819
3.1. Generalidades e a primazia da decisão de mérito	819
3.2. Distribuição por dependência em caso de renovação da demanda (art. 286, II)....	821
3.3. Efeito regressivo da apelação (art. 485, § 7º).....	821
3.4. Análise do art. 486 do CPC.....	822
3.5. Indeferimento da petição inicial	825
3.6. Abandono do processo pelas partes	826
3.7. Abandono do processo pelo autor.....	827
3.8. Falta de “pressupostos processuais”.....	828
3.9. Existência de perempção, litispendência e coisa julgada.....	829
3.10. Ausência de interesse ou legitimidade	831
3.11. Existência de convenção de arbitragem	833
3.12. Desistência do prosseguimento do processo (revogação da demanda).....	834
3.12.1. Generalidades	834
3.12.2. Desistência parcial.....	834
3.12.3. Desistência da ação e renúncia ao direito sobre o qual se funda a ação ...	835
3.12.4. Momento.....	835

3.12.5. Desistência da ação e desistência do recurso.....	836
3.12.6. Desistência da ação e consentimento do réu.....	836
3.12.7. Efeito anexo da decisão que homologa a desistência da ação.....	838
3.12.8. Desistência da ação e julgamento de casos repetitivos.....	838
3.12.9. Caso especial: desistência no caso de ente federal ser réu.....	838
3.12.10. Desistência em processo coletivo.....	839
3.12.11. Desistência e despesas processuais.....	839
3.13. Falecimento do autor e intransmissibilidade do direito litigioso.....	839
3.14. Análise do § 3º do art. 485 do CPC.....	840
4. Decisões que examinam o mérito (art. 487 do CPC).....	842
4.1. Observação introdutória.....	842
4.2. Julgamento do mérito: a procedência e a improcedência.....	843
4.2.1. Generalidades.....	843
4.2.2. A decisão que não acolhe a afirmação de contradireito como uma decisão de mérito.....	844
4.3. Homologação da autocomposição das partes.....	846
4.4. Decisão sobre a decadência ou a prescrição.....	849
Capítulo 24 ► Suspensão do Processo.....	853
1. Noções gerais.....	853
2. Hipóteses de suspensão.....	855
2.1. Morte ou perda da capacidade processual de parte, representante legal ou advogado.....	855
2.2. Convenção das partes.....	857
2.3. Arguição de impedimento ou suspeição.....	858
2.4. Admissão do incidente de resolução de demandas repetitivas.....	858
2.5. Prejudicialidade ou preliminaridade externa (art. 313, V, “a”).....	859
2.6. Dependência da verificação de um fato ou da produção de uma prova (art. 313, V, “b”).....	860
2.7. Força maior.....	861
2.8. Pendência de processo perante tribunal marítimo.....	861
2.9. Casos que envolvem a maternidade ou paternidade.....	862
2.10. Decisão de mérito depender da verificação da ocorrência de delito.....	864
2.11. Suspensão do processo em razão da concessão de medida liminar em ação declaratória de constitucionalidade.....	865
2.12. Outros casos de suspensão.....	866
3. Prática de atos durante a suspensão do processo.....	867
Bibliografia.....	871